

# VITÓRIA ENGANADORA

Pedro Aires Oliveira

CHRISTOPHER HITCHENS

## A Long Short War. The Postponed Liberation of Iraq

Plume/Slate  
Nova Iorque  
2003, 104 páginas

Na introdução que abre esta colectânea de textos, originalmente publicados na revista electrónica Slate nos meses que precederam o assalto ao Iraque, Christopher Hitchens afirma que ao longo da sua vida procurou sempre escrever como se as suas frases «estivessem a ser compostas para serem lidas postumamente». Se por caso Hitchens já não estivesse entre nós, como é que este seu livro seria lido hoje, um ano depois da queda da estátua de Saddam em Bagdade? Com um sorriso irónico, diria eu, se quisesse ser caridoso.

De entre os «falcões liberais» que emprestaram o seu apoio às intervenções americanas no Afeganistão e Iraque (gente como William Shawcross, Paul Berman, Michael Walzer, Thomas Friedman, entre outros), Hitchens foi, sem dúvida, um dos que mais se notabilizou pelo seu fervor belicista. Um facto que terá deixado muitos dos seus admiradores e amigos profundamente desconcertados: afinal de contas, até ao 11 de Setembro, ele era um dos mais temíveis polemistas de esquerda da imprensa anglo-saxónica, e um campeão de muitas causas que tinham os EUA

e Israel como os principais vilões, do Vietname ao Chipre, do Chile à Palestina (recorde-se que em 2001, no rescaldo da detenção de Pinochet, Hitchens publicou um pequeno opúsculo, *The Trial of Henry Kissinger*, com o objectivo de demonstrar a cumplicidade do ex-secretário de Estado americano em vários crimes contra a humanidade, e assim convencer um magistrado a mover-lhe um processo).

### A METAMORFOSE DE HITCHENS

Mas como é que um crítico de longa data da política externa americana, e um auto-proclamado anti-sionista, se converteu num dos mais zelosos apoiantes de George W. Bush e da «guerra ao terrorismo»? A resposta residirá, em parte, no choque do 11 de Setembro – mas só em parte. Os atentados contra as Torres Gémeas e o Pentágono tiveram nele o efeito de uma autêntica epifania: quando a segunda torre do WTC se desmoronou na baixa de Manhattan, Hitchens não teve dúvidas em considerar que uma declaração de guerra havia sido dirigida à América e ao Ocidente. Uma força tão sinistra quanto os fascismos do período de entre-guerras

mostrava ser capaz de atingir de forma espectacular a mais antiga democracia do mundo, uma potência que só por duas vezes (1814, 1941) se vira agredida no seu território nacional. À semelhança do que sucedeu com os totalitarismos do século XX, o «nihilismo teocrático» da Al-Qaida é, segundo Hitchens, uma força que deverá ser combatida sem qualquer espécie de contemplanções. Para além de recorrer a métodos de uma brutalidade pouco usual nas organizações terroristas mais tradicionais, a Al-Qaida possui um projecto de expansão global que prevê, entre outras coisas, a conquista e conversão do Ocidente a uma versão «integral» do Islão. Perante este desafio, seria natural que todos os intelectuais herdeiros da cultura das Luzes cerrassem fileiras em torno dos seus governos democraticamente eleitos e se empenhassem no combate às forças do obscurantismo e do fanatismo religioso. Mas, segundo o nosso autor, não foi isso que sucedeu. Quase instintivamente, uma parte da esquerda ocidental não deu sequer o benefício da dúvida à administração Bush quando esta lançou o assalto ao regime dos Taleban e adoptou medidas excepcionais para lidar com a ameaça terrorista a nível doméstico (o *Patriot Act*, aprovado quase unanimemente pelo Congresso americano). Segundo Hitchens, o sentimento generalizado de muitos esquerdistas foi o de que John Ashcroft representava um perigo maior para a liberdade e a democracia do que o próprio Osama bin Laden. Incapaz de olhar para o papel global da América sem as lentes anti-imperialistas da Guerra Fria, a esquerda ocidental ficou refém de um rela-

tivismo moral que, a prazo, a condenará à irrelevância. Num artigo publicado no *Washington Post* em 20 de Outubro de 2002 («So Long Fellow Travellers»), Hitchens explicou longamente os motivos que o levaram a abandonar o semanário radical *The Nation* (onde durante décadas manteve a coluna «Minority Report») e declarou o seu total apoio à «guerra ao terrorismo», nos termos em que Bush a definiu no seu famoso discurso do Estado da União em 2002. A Casa Branca ganhava assim um inesperado aliado para o debate político que antecedeu a invasão do Iraque: em jornais e revistas, *talk-shows* televisivos e radiofónicos, debates universitários, Hitchens colocou o seu formidável talento polemista ao serviço da política de «mudança de regime» em Bagdade.

Mas esta metamorfose só poderá surpreender aqueles que têm seguido com menos atenção o seu trajecto pessoal. Hitchens é, no fundo, um nostálgico de uma época que não viveu – os anos 30 e 40, uma era em que um punhado de intelectuais corajosos lutaram primeiro contra o fascismo, e depois contra o totalitarismo soviético, enfrentando muitas vezes a incompreensão e hostilidade da esquerda mais ortodoxa (a figura que melhor encarou este combate foi George Orwell, o arquétipo moral de Hitchens<sup>1</sup>). Além do mais, a apologia do uso da força em prol das causas que lhe são caras não é exactamente uma novidade em Hitchens. Durante os anos 90, ele foi um dos paladinos das intervenções militares do Ocidente para travar ou prevenir ameaças de genocídio ou violações grosseiras dos direitos humanos, e a animosidade que

ganhou em relação a Bill Clinton ficou a dever-se, entre outras coisas, à pusilanimidade da sua administração face à carnificina da Bósnia e ao genocídio do Ruanda. Hitchens é, pois, um adepto de longa data de um humanitarismo «musculado», do recurso ao uso da força para expulsar tiranos do poder e promover a democratização e o respeito pelos Direitos Humanos. Tendo ganho o combate ideológico da Guerra Fria, Hitchens argumenta que as democracias tinham, pelo menos, o direito a um «dividendo da paz», o qual corresponderia à supressão de alguns regimes que, além de se distinguirem pela sua brutalidade a nível doméstico, constituíam focos de instabilidade regional. É certo que esse dividendo não poderia ser cobrado da mesma forma, em todos os lugares (basta pensar no caso da China comunista). Mas, segundo ele, as democracias cometeram um erro trágico ao permitir que déspotas menores, como Milosevic, Saddam e Kim Jong-Il, tivessem sobrevivido ao impulso democratizante de 1989, ou que as ameaças dos fundamentalistas islâmicos não tivessem sido levadas mais a sério. Assim sendo, o espírito do «apaziguamento» voltou a ensombrar as democracias ocidentais na década de 90. No caso da América, uma interpretação equívoca das «lições do Vietname», e o receio de alienar alguns aliados-chave no Médio Oriente (a Arábia Saudita, acima de todos), impediram que a I Guerra do Golfo conhecesse o seu desfecho lógico: o derrube de Saddam Hussein e a transformação do Iraque num Estado democrático e federal (Hitchens é um apoiante de longa data da autodeterminação dos curdos).

Em nome do *status quo* no Golfo Pérsico, as potências com direito de veto no CS preferiram comprar uma paz podre com Saddam, impondo-lhe um regime de sanções que, como se viu, apenas serviu para castigar a população civil e consolidar a ditadura do Partido Baas. O facto de algumas figuras proeminentes da actual administração Bush, como o secretário de Estado Colin Powell, terem sido co-responsáveis pela decisão de travar a caminhada triunfal do exército americano até Bagdade em 1991, e da família Bush manter ainda hoje ligações muito íntimas à Casa de Saud, não é, segundo Hitchens, um motivo que possa desqualificar a decisão de intervir no Iraque. Se Bush filho e os elementos neoconservadores da sua administração merecem ser louvados por algo é pelas posições coerentes que ao longo da última década assumiram em relação ao Iraque, designadamente, a necessidade imperiosa de derrubar Saddam e fomentar, a partir do Iraque, a democratização do Médio Oriente.

### **OS PERIGOS DO VOLUNTARISMO**

No conjunto de textos aqui reunidos, Hitchens procura responder a algumas das principais objecções colocadas pelos críticos da intervenção – o argumento do «petróleo», o peso do lóbi «judaico-likuidista», os perigos do unilateralismo e da doutrina da «guerra preventiva», a inexistência de um nexos claro entre Saddam e bin Laden – mas é muito duvidoso que os seus argumentos convençam aqueles que se mostraram cépticos em relação à sensatez da intervenção. Um ano depois, parece óbvio que as principais justificações adian-

tadas para o ataque ao Iraque (muitas delas aceites por Hitchens) se encontram bastante enfraquecidas (e isto é uma apreciação generosa). As armas de destruição maciça não apareceram, a ligação entre a Al-Qaida e Bagdade não foi provada (aliás, só depois da intervenção é que a Al-Qaida se terá estabelecido em força no Iraque), e o derrube de Saddam não trouxe uma diminuição do nível do sofrimento humano no país, bem pelo contrário.

Assim sendo, a guerra do Iraque veio demonstrar como uma perspectiva voluntarista da «mudança de regime» pode trazer tantos problemas quanto aqueles que procura resolver. São talvez dois os principais motivos que estão na origem do actual «atoleiro» iraquiano: a forma como ingleses e americanos conduziram o processo na ONU e a deplorável preparação do pós-guerra pelos estrategas do Pentágono.

O facto de Bush e Blair não terem sido capazes de persuadir os restantes membros do CS a votar uma segunda resolução, e de figuras influentes da Administração Bush terem favorecido uma estratégia de marginalização da ONU em todo o processo (quer em relação à autorização para o uso da força, quer em relação ao papel que a organização poderia desempenhar na administração transitória do país) ajuda a explicar muito do que tem corrido mal na presente ocupação do Iraque. Este fracasso da diplomacia anglo-americana reside, em parte, na deficiente fundamentação do *casus belli* apresentado contra o Iraque. Washington e Londres nunca conseguiram fornecer provas convincentes em relação à existência de ADM no Iraque (as «armas fumegantes» que Bush garantiu

poderem vir a transformar-se em «nuvens de cogumelo», numa alusão ao programa nuclear de Saddam), e a irritação americana em relação aos pedidos de Hans Blix para prolongar as inspecções por mais algum tempo reforçou o sentimento geral de que o recurso à força era uma decisão que há muito havia sido tomada pela Casa Branca (algo que os recentes livros de Paul O'Neill, Richard Clarke e Bob Woodward vieram confirmar).

É ainda prematuro avaliar o impacto que a longo prazo esta aventura unilateral da Administração Bush poderá ter no sistema internacional, mas ninguém contestará que, no plano imediato, as suas consequências para os objectivos da coligação foram desastrosas. Sem o selo de legitimidade conferido pelo CS, países que poderiam ter um papel-chave na estabilização pós-bélica e na reconstrução económica do Iraque, como a França, a Alemanha, a Rússia e o Canadá, preferiram conservar-se à margem de todo o processo. Em consequência, o custo da ocupação tornou-se pesadíssimo para os EUA, que, em ano de eleições, e a braços com um défice galopante, vão querer reduzir a sua dispendiosa presença militar (o que, no entanto, se afigura cada vez mais complicado) e moderar o auxílio canalizado para a reconstrução material do país.

Depois, a ausência de uma administração transitória da ONU, e a indefinição que até há pouco subsistiu em relação à entidade que a 30 de Junho receberá o poder das mãos do pró-consul americano, acentuou ainda mais a desconfiança das diferentes facções iraquianas em relação à imparcialidade das autoridades americanas. Os percalços que rodearam a aprovação da

constituição provisória (assinada em Março), e o recente anúncio de que o futuro governo interino (aquele que deverá gerir o país entre Junho próximo e as eleições aprazadas para 2005) terá a sua soberania severamente limitada, atestam bem as dificuldades com que a Coligação se está a deparar para impor o seu modelo de transição política.

O que nos leva àquele que terá sido o segundo erro crasso cometido pela Administração Bush (praticamente ignorado nas crónicas de Hitchens): a deficiente preparação do pós-guerra e a ausência de uma estratégia consistente para a transição democrática do Iraque. Inebriados com o seu poderio militar, e com as imagens da libertação de Cabul ainda bem presentes, Rumsfeld e os burocratas do Pentágono subestimaram enormemente os cuidados a ter com as condições de segurança numa sociedade tão minada por divisões como a iraquiana. Um estudo elaborado pela Rand Corporation em 2003 estimava que os EUA necessitariam de pelo menos 500 mil homens para estabilizar a situação no Iraque uma vez findas as hostilidades (e o relatório acrescentava que a sua presença teria de se prolongar por vários anos), ao passo que o actual número de tropas da coligação ronda os 150 mil. Este optimismo alimentou-se também das informações fornecidas à Administração Bush por vários exilados iraquianos, entre os quais o duvidoso Ahmad Chalabi (a quem, aliás, Hitchens dedica o seu livro): os americanos seriam recebidos como libertadores e o sentimento de gratidão da população seria tão forte que esta não hesitaria em colaborar com as forças de ocupação. Ora,

nada disto se verificou. Ao traçarem um paralelo entre o caso da Alemanha nazi e a ditadura de Saddam (uma analogia feita também por Hitchens), os americanos optaram por uma estratégia de «des-baasificação», saneando a administração dos antigos militantes do Partido Baas e dissolvendo as Forças Armadas iraquianas. O vazio de segurança potenciado por esta decisão mal medida tem-se revelado explosivo. Nos últimos meses, as forças da Coligação têm sido impotentes para travar a escalada de actos terroristas e acções de resistência, sendo que as últimas apontam já para uma convergência táctica entre sunitas e xiitas. Este é, de resto, um cenário familiar a outras situações de ocupação territorial contestada: actos de violência levam as autoridades a retaliar, estas calibram mal a resposta e o ciclo de violência acaba, inevitavelmente, por envolver os civis (o paralelismo com a guerra da Argélia dos anos 50 tem sido invocado por vários avalistas). Amedrontada, a população prefere não tomar partido, ou começa a inclinar-se para aqueles que após 30 de Junho poder poderão ser os novos senhores do Iraque. Num artigo publicado já após a recente explosão de violência em Falluja e Najaf<sup>2</sup>, Hitchens confessa que se houve algo que o surpreendeu no Iraque pós-Saddam foi a intensidade do fanatismo religioso e a capacidade de mobilização que os clérigos xiitas deram provas. Mas em relação a isso, a Administração Bush só se pode culpar a si própria: antes da invasão, Washington preferiu sempre acreditar nos cenários cor-de-rosa que Chalabi e outros exilados lhe pintavam. Agora, a poucas semanas da transição de

poderes, os EUA estão numa situação em que o objectivo da democratização do Iraque se pode virar contra eles próprios, já que é bem real a probabilidade do princípio «uma pessoa, um voto» conduzir à formação de um governo de inspiração clerical e antiocidental.

### **MAIS UM CANDIDATO PARA A «BRIGADA WOLFOWITZ»...**

Independentemente de tudo o mais, a guerra do Iraque poderá ter desferido um rude golpe nas aspirações de todos os que nos últimos anos defenderam as virtualidades da intervenção humanitária (Hitchens incluindo). Aquilo que começou por ser apresentado às opiniões públicas como uma «guerra de necessidade», fundada em imperativos de segurança (o arsenal de Saddam, as suas ligações à Al-Qaida), converteu-se depois numa «intervenção humanitária», feita em nome da democratização do Iraque. Mas também aqui a retórica de Bush e Blair merece ser questionada – em Janeiro de 2004, a respeitada organização Human Rights Watch publicou um relatório<sup>3</sup> em que demonstra, de forma inequívoca, que a intervenção militar anglo-americana

esteve longe de cumprir os critérios exigidos para poder ser classificada de «humanitária» (os cerca de 10 mil iraquianos mortos durante o Blitz americano deveriam pesar um pouco mais na consciência dos «falcões liberais»)<sup>4</sup>. Finalmente, nem a teoria dos «dominós democráticos» parece estar a surtir efeito (*vide* os resultados nas recentes eleições no Irão), nem o Iraque dá passos seguros na direcção da democracia – aliás, à medida que nos aproximamos de Junho, vai ganhando força a ideia de que o futuro governo iraquiano ou será dominado por forças antimodernistas e anti-ocidentais, ou não passará de um *factotum* dos EUA.

Nos últimos tempos não têm faltado exercícios de introspecção e admissões públicas de engano por parte de vários intelectuais que apoiaram ou concederam o benefício da dúvida à intervenção<sup>5</sup>. Mas Hitchens e outros «generais de poltrona» não dão mostras de qualquer arrependimento em relação à defesa intransigente da estratégia americana. Deveriam pois aceitar o repto de Paul Kennedy: formar a «brigada Wolfowitz» e sacrificarem-se um pouco mais pela liberdade iraquiana<sup>6</sup>. **RI**

## **NOTAS**

<sup>1</sup> Vide, de Christopher Hitchens, *Why Orwell Matters*, Nova York, Basic Books, 2002.

<sup>2</sup> «What I got wrong about Iraq», *Slate*, 19 de Abril de 2004.

<sup>3</sup> Ken Roth, «War in Iraq: Not a Humanitarian Intervention» in [http://hrw.org/w2k4/3.htm#\\_toc58744952](http://hrw.org/w2k4/3.htm#_toc58744952).

<sup>4</sup> Após a intervenção no Afeganistão, Hitchens lamentou que esta não tivesse sido conduzida com a «necessária rudeza» e afirmou que nada lhe causava mais satisfação do que saber que um combatentealebã tinha sido atingido pelos estilhaços de uma *cluster bomb* – de preferência com um exemplar do Corão nas mãos. V. Adam Shatz, «The Left and 9/11», *The Nation* 23 de Setembro de 2002.

<sup>5</sup> Ver, entre outros, os textos de Michael Ignatieff, «The Year of Living Dangerously», *New York Times* (14 de Março de 2004) e de Anne-Marie Slaughter, «The clear, cruel lessons of Iraq», *Financial Times* 8 de Abril de 2004.

<sup>6</sup> Paul Kennedy, «Send in the Wolfowitz Brigade», *The Australian*, 12 de Abril de 2004.